

REVISTA DOS MESTRANDOS  
EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA

5

Edição Especial

DIREITO AMBIENTAL

Coordenadores:

Kadja Maria Ribeiro Parente

Sérgio Novais Dias

jan/1996-dez/1997

OS CONCEITOS EMITIDOS NOS ARTIGOS SÃO DE EXCLUSIVA  
RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS, PROIBIDA A REPRODUÇÃO,  
PARCIAL OU TOTAL, SEM A CITAÇÃO DA FONTE.

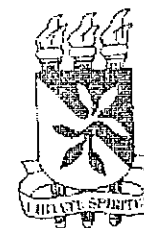
SOLICITA-SE PERMUTA  
PIEDESE CANJE  
ON DEMANDE L'ECHANGE  
WE ASK FOR EXCHANGE  
SI RICHIERE LO SCAMBIO  
AUSTRASCH WIRD GEBETEN

TIRAGEM: 1.000 EXEMPLARES

R545 Revista dos mestrandos em direito econômico da UFBA.  
nº 5 (jan.1996/dez.1997) – Salvador: Centro Editorial e  
Didático da UFBA, 1997 – Anual.  
Conselho Editorial: Prof. Hermano Augusto Palmeira Machado  
Prof. Luiz de Pinho Pedreira da Silva  
Prof. Washington Luís da Trindade  
Coordenadores: Kadja Maria Ribeiro Parente e  
Sérgio Novais Dias:  
I. Direito econômico. I. Parente, Kadja Maria Ribeiro,  
II. Dias, Sérgio Novais. III. Universidade Federal da Bahia.  
Centro Editorial e Didático. IV. Título.

CDD 343  
CDU 340.003.1

Biblioteca Central da UFBA



PUBLICAÇÃO PERIÓDICA DOS MESTRANDOS EM  
DIREITO ECONÔMICO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REVISTA JURÍDICA

COORDENAÇÃO DA REVISTA  
Kadja Maria Ribeiro Parente  
Sérgio Novais Dias

CAPA, PROGRAMAÇÃO VISUAL E ARTE FINAL  
Rosane Andrade

CONSELHO EDITORIAL  
Prof. Hermano Augusto Palmeira Machado  
Prof. Luiz de Pinho Pedreira da Silva  
Prof. Washington Luís da Trindade

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E  
PRODUÇÃO EDITORIAL-GRÁFICA



Nova Alvorada Edições Ltda.

APOIO A ESTA EDIÇÃO:  
Fundação Faculdade de Direito da Bahia,  
Cetrel S.A., Deten Química S.A., e Price Waterhouse

Toda correspondência deve ser dirigida à Secretaria do Mestrado  
em Direito Econômico da UFBA – Faculdade de Direito da UFBA  
Rua da Paz s/nº, Graça – Salvador/BA, CEP 40.150-000  
– Tel.: (071) 336-7155 r-215

- DINIZ, J. A. F. & DUARTE, A. C. "A Região Cacaueira da Bahia". Sudene. Série Estudos Regionais, vol. 10, 1983, 298 p.
- GASPARETTO, A. "Concentração fundiária e produtiva: estudo empírico-metodológico". CEPLAC, 1986.
- JOLLIVET, M. "Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas". Revista Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, vol. 24, nº especial, 1994.
- MESQUITA, C. A. B. "Serrarias na Região Cacaueira são insustentáveis econômica e ambientalmente". Resumos de Pesquisa. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, 1996.
- REID, J. & JORDÁ, J. "A pecuária extensiva, da forma como é realizada na Região Cacaueira, não é sustentável". Resumos de Pesquisa. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, 1996.

## IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS DE PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA<sup>(1)</sup>

*Heloísa Orlando<sup>(2)</sup>*

SUMÁRIO: Introdução-Caso de Estudo-Dificuldades de Implementação-Requerimentos Necessários-Conclusão.

### Resumo

Implementação de políticas ambientais e normas legais para a proteção da Mata Atlântica podem ser estimuladas com a cooperação das Organizações Não Governamentais-ONGs (nacionais e internacionais), da iniciativa privada e da população. Dados técnicos e científicos de diversas pesquisas realizadas por ONGs e universidades são elementos básicos para se promover o conhecimento das situações com que se defrontam o serviço público, a exemplo de um caso de estudo na Reserva Biológica de Una-Sudeste da Bahia. Através desse artigo, os problemas da reserva são usados para ilustrar os problemas das unidades de conservação em geral na Mata Atlântica. Sugere algumas reformas política e legal em nível local e nacional. Conclui arguindo que as ações atuais do serviço público, tanto no tipo como na escala, estão mal conduzidas e devem ser fundamentalmente reorientadas para uma apropriada proteção da Mata Atlântica.

### Abstract

Environmental law enforcement and policies which protect the Atlantic Forest of Brazil can be stimulated by the cooperation of non-governmental organizations (from in and abroad), private

(1) Considerações resultante de uma pesquisa na Reserva Biológica de Una e sua Zona de Entorno. CNPq/Faculdade de Direito-UFBA.

(2) PhD in Environmental Conservation, University of Nottingham, England.



organizations and public participation. Technical and scientific data from researches are basic elements to promote awareness of the problems which face the government, as the case-study at the Biological Reserve of Una – Southeast of Bahia. Through this article, will be shown the problems of this reserve which are used to illustrate the problems concerning protected areas in the Atlantic Forest. It concludes by arguing that current actions of the public service are misguided and must be fundamentally re-oriented towards appropriate protection of Atlantic Forest.

### Introdução

As florestas tropicais no mundo têm sofrido sérias ameaças de desaparecimento, principalmente nas regiões onde há demanda de terras para as atividades agropecuárias. No Brasil, a maior cobertura vegetal está concentrada na Região Amazônica, enquanto na região costeira conhecida como Mata Atlântica, restam menos de 100 mil km<sup>2</sup> de formações florestais, o que corresponde a 8% da área original, segundo estudos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pela Fundação SOS Mata Atlântica. De acordo com esses estudos, comparando imagens de satélite dos anos de 85 e 90 de dez estados do domínio da Mata Atlântica (RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MG, BA e parte de GO e MS), foram desmatados, neste período, cerca de meio milhão de hectares, o equivalente a aproximadamente 6% do que havia em 85. A maior parte do que resta encontra-se nas mãos de proprietários particulares, pois as áreas formalmente protegidas existentes no país somam aproximadamente 25.000 Km<sup>2</sup> (segundo cadastro de áreas especiais do IBGE-outubro de 1990), o que equivale a cerca de 27% dos remanescentes (FASE). A principal causa de desmatamento é a substituição da floresta por projetos agropecuários e expansão urbana (INPE/SOS).

Os fatores econômicos, políticos e sociais envolvidos neste processo de degradação ambiental, em geral, refletem o modelo de desenvolvimento econômico existente, que tem sido caracterizado como insustentável, na medida em que os recursos são destruídos ou perdidos, ao mesmo tempo em que os benefícios de sua utilização não são repartidos de forma justa e equitativa.

Se o desenvolvimento sustentável for para ser implementado neste país, como deseja a maioria das pessoas que entende a extensão dos problemas ambientais, os objetivos de conservação devem ser planejados estrategicamente. O governo tem sido extensivamente acusado de não

oferecer um sistema básico de administração que integre os interesses ambientais e os de desenvolvimento. Tal integração não acontece automaticamente em nenhuma sociedade humana. Normas sociais e culturais são necessárias para guiar as atividades dentro de um nível desejável de integração.

Um número significativo de normas repressivas, reparatórias e muito recentemente, preventivas, já existe para garantir a tutela do sistema ambiental; o que falta são mecanismos para implementação dessas regras protetoras. O conceito amplo de implementação é o cumprimento da lei, que não se exaure na aplicação das normas legais mas evita também o descumprimento dessas normas.

A implementação tanto pode ocorrer por provocação oficial ou por atuação privada<sup>(3)</sup>. O objetivo deste artigo é demonstrar como as ONGs e o setor privado podem motivar os diversos setores públicos a implementar as normas de proteção da Mata Atlântica, a exemplo do que está sendo realizado na Reserva Biológica de Una (REBIO/Una) e sua zona de entorno.

### O caso de estudo

A Reserva Biológica de Una localizada no município de Una – sudeste da Bahia, foi criada por Decreto Federal em 1980, especialmente para proteger espécies endêmicas ali existentes. A área protegida compreende uma extensão de 11.400 ha, sendo que foram adquiridos até o momento apenas 7.022 ha. Uma parte dessas terras foi comprada por Organizações Não Governamentais Internacionais e doadas ao Ibama. Desde a sua criação a instituição federal tem enfrentado sérios obstáculos para sua implantação. O problema maior dessa unidade de conservação é a questão fundiária. Tanto na área adquirida e demarcada, quanto nos 4.378 ha a serem adquiridos e incorporados à unidade, há ocupantes, seja posseiro ou proprietário. A questão fundiária é, na verdade, o maior obstáculo para implantação da maioria das unidades de conservação no Brasil, especialmente aquelas de categoria de uso restrito, cujo domínio deve pertencer ao Estado.

Há dezessete anos que esta reserva foi criada e que vem sofrendo constantes impactos ambientais por força de atividades que ocorrem na área decretada como: agropecuária, desmatamento, queimada, abertura

(3) BENJAMIN, A.H. A "Implementação da Legislação Ambiental: o Papel do Ministério Público". In Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão, Editora Revista dos Tribunais, SP, 1993, pp. 360-377.

de estradas, caça e pesca ilegal. Para que o Ibama possa adquirir essas áreas ocupadas, será necessário conhecer previamente, as condições de domínio e ocupação da terra.

Um dos elementos básicos para promover a implementação das normas jurídicas é o aparelhamento dos órgãos administrativo de recursos técnicos e científicos para que eles possam entender as situações com que se defrontam. Por iniciativa dessa pesquisa, foi feito para o Ibama o levantamento fundiário das áreas ocupadas com o apoio do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia-IESB.

Os métodos utilizados para identificação das glebas ocupadas incluíram entrevistas com os ocupantes e localização dos pontos das áreas ocupadas com o uso de um aparelho de GPS (Sistema de Posicionamento Geográfico) realizado por uma equipe de técnicos do IESB. Informações sobre os registros de títulos dominiais foram obtidas no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Una. Alguns mapas foram produzidos identificando as posses no interior da reserva, as glebas ocupadas por proprietários com título registral e ocupantes de propriedades privadas. Foi também compilada numa base de dados sobre a caracterização dos imóveis, dos títulos e registros de cada imóvel.

A esses elementos técnicos foram adicionadas sugestões estratégicas para que o Ibama possa vir a solucionar os problemas fundiários da área. A situação de ocupação no perímetro da reserva é bastante diversificada e complexa e a solução depende grandemente da ação coordenada e integrada de outros órgãos governamentais. Tais medidas irão afetar uma ampla variedade de interesse público e privado. A população interessada precisa ser comunicada sobre o propósito de aplicação da regulamentação já promulgada (Decreto Federal 85.463 de 10 de dezembro de 1980) e precisa também ser conscientizada sobre a função social da propriedade e as restrições de uso dos recursos naturais.

A Reserva Biológica de Una guarda um dos fragmentos de Mata Atlântica contendo espécie endêmica que só existe naquele lugar do mundo. Ainda que ela seja efetivamente implantada estará sujeita aos impactos provocados pela ação externa de desmatamento. O Decreto 750/93 proíbe qualquer desmatamento no entorno das unidades de conservação, e a Resolução Conama 013/90 estabelece que a extensão da zona de entorno é de 10 Km a partir dos limites da área protegida.

Essa preocupação com a zona de entorno das áreas de proteção inicia-se com o *Biosphere Reserve Action Plan* MAB/UNESCO de 1984, que objetiva uma integração das comunidades com a área protegida.

Desde então, o estabelecimento de zona tampão tem sido mais e mais um instrumento valioso para as áreas de proteção. De acordo com o conceito de Reserva da Biosfera as regiões de conservação poderão ser divididas em 3 zonas: zona núcleo, zona tampão e zona de transição, aí devem ser adotadas gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação dos recursos genéticos, das espécies e dos ecossistemas, desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento e educação ambiental e melhoria da qualidade de vida das populações.

A Mata Atlântica foi declarada em 1991, pela UNESCO, como Reserva da Biosfera. Essa proposta de conservação tem o apoio do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG-7. Este programa foi instituído no Brasil através Decreto Federal nº 563/92, com o objetivo de implantar um modelo de desenvolvimento sustentável em florestas tropicais brasileiras, viabilizando a gestão do programa e os recursos financeiros. A implementação dessa política de conservação e de desenvolvimento sustentável depende de uma série de estratégias e de ações prioritárias, além de legislação apropriada em diferentes níveis do poder público.

A conservação da Reserva Biológica de Una é de grande importância porque é uma das áreas núcleos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Nordeste. Tanto a reserva como sua zona de entorno estão amparadas por restrições jurídicas, porém ainda não totalmente implementadas.

#### Dificuldades de implementação

Diversas dificuldades impedem a efetiva proteção da Reserva Biológica de Una e conservação da sua zona de entorno. Muitos desses problemas existem pela falta de vontade política e falta de administração eficiente.

Salvar esses fragmentos florestais ameaçados pelo crescente desenvolvimento urbano é o maior desafio para muitas organizações ambientais. Num momento do Brasil quando o maior problema é a pobreza rompanete, é ideologicamente atrativo esperar que os problemas de conservação dessas áreas possam ser resolvidos. Conservação de áreas protegidas pode ser possível não somente com efetiva implementação das leis, mas também desenvolvendo mecanismos de assistência para resolver os problemas de grandes, médios e pequenos fazendeiros, eliminando assim as suas necessidades de derrubar as florestas.

É nestas condições que o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia – IESB está tentando resolver os interesses aparentemente conflitantes de conservação e desenvolvimento nas áreas de entorno da Reserva Biológica de Una. Os projetos desenvolvidos por pesquisadores do IESB contam com o apoio financeiro de outras organizações não governamentais internacionais como a Conservation International, World Wildlife Fund-WWF, Jersey Wildlife Preservation Trust-JWPT e Fundação Ford. Pesquisas na zona tampão da REBIO/Una tem apresentado importantes resultados em educação ambiental, investigação sócio-econômica e estudos ecológicos.

O diagnóstico de uso da terra na zona de entorno da REBIO/Una identificado pelo IESB em 1996, demonstra que diversas atividades de agricultura são incompatíveis com os objetivos de conservação da zona núcleo. A mais nova ameaça à biodiversidade regional está na decadência do sistema agrícola frente novas doenças do cacau e o declínio estrutural da competitividade do cacau brasileiro (Alger e Araújo, 1996). Alternativas têm sido oferecidas, como empréstimos do Banco do Nordeste, para a substituição da lavoura cacauzeira por outra, fundamentado na apresentação de um “Projeto de Recuperação Agroeconômico” ao Centro de Recursos Ambientais-CRA.

As terras na zona de entorno apresentam relevo acidentado, ainda assim, a vegetação nativa vem sendo substituída por campos de pastagem. Tal atividade provoca danos ambientais como a degradação do solo. Economicamente a pecuária ali não é a melhor opção de rendimento (Reid e Jordá, 1996), além de tudo o proprietário nesta situação deixa de cumprir a função social da propriedade, porque não atende aos cuidados necessários para conservar os recursos naturais de sua propriedade e de preservar áreas que segundo o Código Florestal devem permanecer permanentemente florestadas ou cobertas de vegetação.

A região de entorno é rica em recursos hídricos; vários rios descem das serras mais próximas, a Serra do Quati e a Serra dos Trempes. O principal deles é o Rio Aliança que atravessa o município de Una. De dentro dos limites da reserva nascem vários rios e o principal deles é o Ribeirão Bandeira. Muitas das margens desses rios na zona de entorno são desmatadas para atividades de agricultura ou para povoamento. Tal situação de degradação em áreas de preservação permanente é genérica em todas as regiões do Brasil.

Um outro estudo desenvolvido pelo IESB, caracterizou a área geográfica da zona tampão da REBIO/Una e identificou remanescentes

florestais através do sistema de processamento de imagem e uso de GPS (sistema de posicionamento geográfico) no trabalho de campo. Foram identificadas 70 fazendas mais próximas da REBIO/Una, estradas, rios, assentamentos do Incra e centros urbanos (veja figura). Foram localizados e quantificados os remanescentes de mata em relação à reserva. O resultado mostra que dentro da reserva existe somente 4.457 ha de mata. Algumas fazendas no entanto, possuem remanescentes que são contíguos com a floresta da reserva (Alger e Araújo, 1996) formando uma mata contígua de 9.716 ha, duas vezes maior que a quantidade de mata existente na reserva. Contiguidade foi definida pelos autores como fragmentos florestais com não mais que 30 metros de área aberta separando-os dos fragmentos adjacentes.

Uma outra análise de maiores manchas de mata foi feita excluindo os remanescentes da reserva. Embora menores que a soma das manchas conectadas com a reserva, foram encontradas grandes manchas de mata nas terras particulares. Esses blocos de matas poderão ser conectados à reserva através da formação de corredores? Que condições são propícias para essa realização? Em termos biogeográficos é uma questão que está sendo investigada. Em termos político – legal, há de se averiguar a conveniência de se criar reservas legais para a formação dos corredores e aproveitar as áreas de preservação permanente criadas pelo Código Florestal.

Todos esses dados técnicos produzidos pelo setor privado são importantes no processo de planejamento de uso da terra e no zoneamento econômico-ecológico. As informações e os conhecimentos gerados podem ser absorvidos e aplicados pelo serviço público, além de serem divulgados os resultados para o público em geral.

Em certas situações a proteção legal do Ibama raramente é suficiente para garantir a integridade dos fragmentos florestais e sua diversidade de espécies, o que depende grandemente da colaboração de outros órgãos para uma efetiva fiscalização. Mecanismos de fiscalização estão sendo estudados numa ação conjunta entre o Ibama, os órgãos de fiscalização do Governo do Estado e ONGs.

Questões ligadas a assentamentos em áreas florestadas merece especial atenção neste momento quando áreas florestadas no entorno das unidades de conservação estão sendo derrubadas e ocupadas. É preciso uma ação coordenada entre o Incra, o Ibama e o Interba (Instituto de Terras da Bahia). Para que haja uma administração eficiente é preciso uma estrutura institucional ágil, cujos setores envolvidos no planeja-



mento e na implementação dos projetos estejam funcionalmente integrados.

Muitas das dificuldades de proteção ambiental são evidentes localmente, e isto é resultado de ações isoladas acumuladas num modelo mal planejado e mal administrado. A maioria desses problemas tem suas raízes em atividades locais, e por isso a participação e cooperação das autoridades locais na solução dos problemas é um fator determinante para se alcançar os objetivos de conservação. A preocupação ambiental é de todos, os problemas ambientais locais são de interesse de todos e mais imediatamente daqueles que estão diretamente envolvidos na questão. Muitos dos objetivos da Agenda 21 serão preenchidos pelas autoridades locais, que constroem, operam e mantêm a infraestrutura econômica, social e ambiental, supervisiona processos de planejamento e deve estabelecer políticas locais ambientais. Porque está num nível de governança mais próxima das pessoas, a autoridade local tem um papel vital em educar, mobilizar e atender ao público na promoção do desenvolvimento sustentável.

Os resultados das pesquisas desenvolvidas até agora no entorno da Reserva Biológica de Una demonstram que a sua proteção a longo prazo, dependerá de implementação legal, da absoluta cooperação das comunidades locais, dos proprietários de terras localizadas na sua zona de entorno e dos órgãos do serviço público, em todos os seus níveis de poder.

#### Requerimentos necessários

As florestas são importantes por diversas razões: a sua derrubada pode causar impactos no clima local e até global, elas mantêm os ciclos hidrológicos e a biodiversidade. Biodiversidade significa não somente variedade de espécies, mas também a relação dessas espécies entre si e entre o ecossistema como um todo.

A questão crítica em relação à Mata Atlântica é a exploração predatória dos recursos naturais. Uma implementação preventiva acontece a partir da elaboração das normas e de uma política pública. Parte dos problemas existe porque falta uma política transparente que consolide a proteção das diferentes formações florestais da Mata Atlântica numa lei específica. O Decreto 750, de 10 de fevereiro de 1993, tem ajudado a proteger as formações florestais existentes, mas ainda é necessário combater a degradação em bases sólidas de uma lei específica. Para tanto será necessário a aprovação do Projeto de Lei 3.285/92 que desde setembro de 1992 tramita no Congresso Nacional.

As recomendações para a solução dos problemas de implantação da Reserva Biológica de Una são a imediata Declaração de Utilidade Pública da área, através de Decreto Expropriatório; a efetiva desapropriação dentro de cinco anos; reassentamento dos posseiros em áreas de reforma agrária apropriada e designada pelo Incra.

Quanto à zona tampão, deve ser definida uma melhor base conceitual no projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC que tramita no Congresso Nacional desde 1992.

Benefícios sociais devem resultar da implementação da zona tampão tais como: fornecimento de mecanismos flexíveis para resolver os conflitos entre os interesses de conservação e aqueles habitantes do entorno; construção de apoio local e regional para os programas de conservação; resguardar o direito tradicional das terras e cultura das pessoas locais, incentivos econômicos ou fiscais para os proprietários que efetivamente mantêm suas áreas de matas. Zonas tampão, do tipo contendo propriedades privadas, como a da REBIO/Una, obviamente terão um tipo de manejo determinado pela maior influência dos proprietários. A natureza da zona tampão estará assim sujeita a cada situação particular.

Nessas condições os trabalhos de pesquisa devem continuar usando cada vez mais o sistema de participação da população. Normalmente muitos oficiais e administradores do serviço público têm receio de usar a participação popular, como diz Robinson (1996), por medo de perigosas controvérsias públicas ou de perderem algumas de suas competências administrativas. Esses obstáculos precisam ser reconhecidos e vencidos. Nenhum sistema de planejamento pode ter sucesso sem incorporar mecanismos de participação popular para que se construa um consenso quanto ao apoio, adoção e implementação das estratégias de proteção ambiental. Esses sistemas funcionam melhor quando, são designados a empregar e ativamente usar, apropriados métodos para avaliar seus sucessos e problemas.

Uma Agenda 21 local pode ser desenvolvida usando uma série de métodos de planejamento além de metodologias específicas para avaliar as opções de um desenvolvimento sustentável, programas e projetos.

Uma pesquisa proposta, ainda sem fomento para sua execução, pretende realizar estudos sobre os fatores que inibem o cumprimento do Código Florestal por proprietários rurais, sobre as dificuldades do serviço público em implementar a lei e sobre as alternativas para a superação das mesmas. Paralelamente serão localizados e quantificados na zona de

entorno da reserva, as áreas de preservação permanente e reservas legais, especificando o tamanho, a conectividade e distância entre elas. Para atender a essa necessidade, será necessário mapear as áreas de preservação permanente e identificar unidades de paisagem para o planejamento do uso da terra, separando áreas para reservas legais e áreas com potencial agrícola. A produção desse zoneamento cartográfico irá facilitar a aplicação da legislação ambiental em vigor, além de fornecer subsídios para uma proposta de plano de manejo e regulamentação das atividades na zona de entorno da Reserva Biológica de Una.

Dados obtidos pelo IESB, através da aplicação de questionários a 154 proprietários, representando mais ou menos 70% da composição de propriedades dentro da zona tampão, constataram que de 1990 a 1993, as atividades de agricultura, principalmente pecuária, tem diminuído os remanescentes florestais em mais de 2.000 ha por ano. Os proprietários tem usado áreas de relevo, áreas de preservação permanente e solos inadequados para o cultivo, levando a uma forma insustentável de desenvolvimento, deixando para trás uma paisagem degradada onde tanto os valores de uso produtivo dos recursos naturais, quanto os de conservação não são considerados.

Um critério importante a ser considerado na conservação dos fragmentos florestais, é a retenção de florestas nas mãos dos proprietários. Elas não devem nunca serem derrubadas como pré-requisito para reforma agrária, ou qualquer outra atividade. Muitos colonos sem-terra ocupam áreas florestadas consideradas como áreas inexploradas e por isso improdutivas. Essa prática comum e ilegal, é estimulada pelo INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) que oficialmente regulariza os assentamentos em áreas florestadas. Essa política agrária do ponto de vista ambiental, é indesejável e desnecessária, considerando que na região há inúmeras e extensas propriedades privadas já desmatadas e abandonadas, e que esses solos revestidos de vegetação são extremamente inférteis. Terras periféricas a áreas de florestas alocadas para conservação devem ser tratadas diferentemente de outras terras. Quando assentamento agrário já existir perto dos limites da área protegida, deve ser dado aos colonos condições para que eles se sintam encorajados a investir em cultivos sustentáveis e em culturas perenes.

Com relação à exploração predatória por força da atividade madeireira, a recomendação é que se promova a curto prazo, o fortalecimento da capacidade de fiscalização da exploração ilegal por parte dos órgãos públicos responsáveis e, o cancelamento das autorizações de manejo florestal implementados em descumprimento com as exigências legais.

Tais requerimentos não se esgotam aqui, eles são sugeridos por força da identificação dos problemas locais. As tendências locais de degradação dos recursos naturais e de um desenvolvimento insustentável precisam continuar sendo identificadas e explicadas para permitir que tanto o interesse público quanto privado possam enfrentá-las.

### Conclusão

As ações dos órgãos governamentais estão mal conduzidas e devem ser fundamentalmente reorientadas para uma apropriada proteção da Mata Atlântica. É preciso que seja criado um sistema administrativo de implementação para avaliação e reorganização dos diversos setores públicos. Os recursos públicos são escassos e precisam ser dispostos cuidadosamente e eficientemente. A negligência de um setor pode minar o sucesso de outros setores. A regra dos sistemas de implementação, avaliação e reorganização, é tornar possível assegurar que alguns setores não sejam indevidamente negligenciados e que o serviço público promova a sustentabilidade tão eficiente quanto possível.

A sustentabilidade da Mata Atlântica requer a identificação de selecionadas opções e de interesses sociais, culturais, econômicos a fim de identificar como esses interesses podem colaborar na implementação das opções escolhidas. A experiência dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no entorno da Reserva Biológica de Una demonstra como esses interesses podem ser identificados e conciliados em ações conjuntas entre ONGs, órgãos públicos e participação popular.

### Referência bibliográfica

- ALGER, Keith e ARAÚJO, Marcelo. 1996. "Remanescentes Florestais na Região da Reserva Biológica de Una: priorizando conservação usando um sistema de informação geográfica" (no prelo).
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1997. "Brasil Século XXI: Os Caminhos da Sustentabilidade Cinco Anos Depois da Rio-92". FASE, Rio de Janeiro.
- ORLANDO, H. "Unidades de Conservação ou "Ilhas" Isoladas?". Revista de Direito Ambiental. Editora Revista dos Tribunais-SP., 1997 (no prelo).
- REID, J. Jordá, J. "Aspectos Financeiros da Pecuária Bovina na Região Cacaueira do Sul da Bahia". Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia/Conservation International. Ilhéus, 13 p., Relatório de pesquisa, 1995.
- ROBINSON, N. A. "Administrative Systems for Implementation – Evaluation and feed-back" – Environmental Policy and Law, vol. 26, nº 5, pp. 218-224. IOS press, Amsterdam, The Netherlands, 1996.